



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

ATA Nº 14

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 09/07/2013
(Contém folhas)

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:		
Vereador:	Luís de Almeida Gonçalves	(PS)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Gonçalo Barateiro Diogo	(PS)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:		
Vereadores:	Jorge Alves Custódio	(PSD)



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 09/07/2013

ACTA Nº 14

----- Aos nove dias do mês de julho do ano dois mil e treze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho, Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Luís de Almeida Gonçalves, João dos Santos Alves e Gonçalo Barateiro Diogo. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio à Presidência. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparência do Sr. Vice-Presidente, Jorge Alves Custódio, por se encontrar em gozo de férias. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 25 de junho de 2013 foi aprovada por unanimidade. -----

1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES

1.1 - Voto de Louvor e Reconhecimento

**- Juiz Conselheiro António Silva Henriques Gaspar
novo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça**

----- A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, um Voto de Louvor e Reconhecimento ao novo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Dr. António Silva Henriques Gaspar, ilustre pampilhosense, pelo trabalho meritório que vem desenvolvendo nas mais diversas esferas da magistratura, pela dignidade com que tem desempenhado as funções nos cargos exercidos ao longo da sua carreira e pela ligação e carinho que mantém com a sua Terra Natal. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- O seu percurso profissional é exemplo de um homem que tem dedicado a vida ao serviço da Justiça e da defesa dos Direitos Fundamentais e Universais do Homem e do Cidadão, honrando Portugal e Pampilhosa da Serra, vila onde nasceu em Setembro de 1949.-----

----- António Silva Henriques Gaspar fez a maior parte da sua carreira no Ministério Público. Foi delegado do Procurador da República em Benavente, Montemor-o-Velho, Condeixa-a-Nova, Lousã, Pombal e Coimbra. Foi Juiz de Direito em Coimbra e na Figueira da Foz e Procurador da República no Círculo Judicial de Coimbra e na respetiva Relação.-----

----- Entre 1987 e 2003 exerceu o cargo de Procurador-Geral Adjunto no Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República. -----

----- Foi ainda representante do Estado Português no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, entre 1992 e 2003, e membro do Comité Diretor dos Direitos do Homem, entre 1994 e 2003.-----

----- Entre 1998 e 2001, integrou o Comité Contra a Tortura das Nações Unidas.-----

----- Chegou ao Supremo Tribunal de Justiça a 20 de março de 2003, sendo eleito seu Vice-Presidente em 2006 e reeleito em 2009. -----

----- É Presidente da Assembleia Geral da Associação Juristas de Pampilhosa da Serra. ---

----- Em junho de 2013 foi eleito **Presidente do Supremo Tribunal de Justiça**, a quarta figura do Estado Português, cargo que irá tomar posse no próximo mês de setembro.-----

----- Mais deliberou, por unanimidade, remeter ao Senhor Dr. Juiz Conselheiro, o presente Voto de Louvor e Reconhecimento. -----

2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.1.1 - 8ª Alteração do Orçamento e 6ª Alteração das Grandes Opções do Plano 2013

----- Foi presente a 8ª Alteração do orçamento e 6ª Alteração das Grandes Opções do Plano 2013, no valor de 320.000,00 € e 2.402.500,00 €, respetivamente. A Câmara Municipal, após análise dos documentos, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.2 - Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- B.T.L. Bolsa de Turismo de Lisboa / 2013

----- Foi presente uma carta da Pinhais do Zêzere a comunicar que, com o objetivo de promover o potencial turístico da zona de intervenção daquela Associação, mais uma vez participaram na BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa, a maior montra de oferta turística de Portugal, que decorreu entre 27 de Fevereiro a 03 de Março de 2013, em Lisboa, na FIL - Feira Internacional de Lisboa. -----

----- Assim, vem solicitar uma comparticipação de 2.050,00 €, para solidariamente com as restantes autarquias e a Associação, ajudarem a custear as despesas com o referido evento e 1.950,00 € para a realização de 20.000 guias turísticos. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

2.2.1 - Liga Portuguesa Contra o Cancro

- Peditório Nacional da favor da Liga Portuguesa Contra o Cancro - 2013

----- Foi presente uma carta da Liga Portuguesa Contra o Cancro, a solicitar a colaboração da Câmara Municipal, através dos serviços competentes, para a divulgação da realização do peditório e dos seus fins, bem como no sentido de facilitar a atuação do seu Grupo de Voluntariado Comunitário, nomeadamente na distribuição de cofres pelas freguesias e lugares do concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento e após análise deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.2 - Grupo Desportivo Pampilhosense

- Festa de Verão - Pedido de isenção de taxas

----- Foi presente uma carta do Grupo Desportivo Pampilhosense, a comunicar que pretende levar a efeito uma festa no Estádio Municipal, abrilhantado pelo grupo musical Pampilhosense "Geração 3". Por esse facto, solicita à Câmara Municipal a isenção das respetivas taxas de licenciamento do espetáculo. Mais solicita, se possível, a cedência de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

alguns módulos de palco, para instalar junto à bancada do Estádio, para atuação do referido Grupo. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.3 – Ausência de rede Internet e móvel no Concelho de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente um e-mail, da munícipe Sr^a Helena Vicente Gomes, residente em Pescansecos Cimeiro, do seguinte teor: -----

----- “ Como é do conhecimento de Vossa Excelência, muitas aldeias do concelho que representa não têm acesso a rede móvel e Internet, o que limita, significativamente, a comunicação de muitos conterrâneos que gostam de passar fins-de-semana e férias nas suas terras ou de seus antepassados, como é o meu caso, mas não dispõem de meios para assegurar a comunicação, cada vez mais indispensável nos nossos dias. Refiro-me, concretamente, à aldeia de Pescansecos Cimeiro, onde, há vários anos, eu e muitas outras pessoas não podemos fazer ou receber qualquer chamada da rede móvel nem aceder à internet. -----

----- Bem sei que cabe às operadoras agilizar os meios para ultrapassar a situação e, pela parte que me toca, já fiz démarches nesse sentido mas, quem melhor que o Presidente da Câmara do concelho para pressionar esses órgãos para tal necessidade?-----

----- Tenho a convicção de que tal já aconteceu mas como, infelizmente, a situação reportada se mantém, urge insistir. -----

----- A impossibilidade de acesso às novas tecnologias de informação e comunicação reforça uma ideia de interioridade, contra a qual é fundamental lutar e funciona, em simultâneo, como móbil de afastamento e desinteresse pelas nossas origens, que tanto devemos preservar e honrar. -----

----- Apelo, neste sentido, a Vossa Excelência ao acionamento dos mecanismos necessários que conduzam à resolução do problema. Muito obrigada pela atenção (...)”.-----

----- Face ao exposto, o Sr. Presidente informou que o Município há já alguns anos tem pressionado os responsáveis de modo a que haja a devida resposta para o problema, contudo a ausência de soluções permanece. -----

----- Após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade enviar ofícios à Entidade reguladora ANACOM e às operadoras móveis para que resolvam a falta de rede móvel no Concelho e consequentemente o acesso à Rede 3G. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.3 – SERVIÇOS JURÍDICOS

2.3.1 – Proposta de encerramento de procedimento de concurso, na modalidade de hasta pública, para adjudicação da cessão de exploração do Café/Bar e Restaurante “A Piscina”

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Em cumprimento da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 25/06/2013, no sentido de ser aberto concurso, na modalidade de hasta pública, para adjudicação da cessão de exploração do Café/Bar e Restaurante “A Piscina”, sitos na vima, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, vêm os elementos da Comissão, designada para o efeito, informar que no dia 04/07/2013, data prevista para a realização da hasta pública tendente à adjudicação da cessão de exploração dos referidos bens, a mesma ficou deserta. -----

----- Por conseguinte, os elementos da Comissão entendem dever propor à Câmara Municipal o encerramento do procedimento de concurso, na modalidade de hasta pública, para adjudicação da cessão de exploração do Café/Bar e Restaurante “A Piscina”, dado a hasta pública ter ficado deserta, conforme ata da Comissão anexa à presente.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o encerramento do procedimento do concurso em apreço. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 – DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

3.1 – EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A

- Sistema de Aviso às Populações na Zona de Auto-Salvamento (ZAS) na Nova Barragem do Alto Ceira (NBAC)
- Utilização de terreno público na povoação de Camba

----- Foi presente uma carta da EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A., do seguinte teor: -----

----- “ No seguimento dos contactos que tem havido entre a EDP Produção e a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra no âmbito da construção da Nova Barragem do Alto Ceira, realizámos, no passado dia 16 de maio, uma reunião sobre os “Sistemas de Aviso às Populações nas ZAS da Nova Barragem de Alto Ceira e da Barragem de Santa Luzia” à qual se seguiu uma visita aos locais identificados para a instalação dos Pontos de Aviso (Sirenes) e Postos Repetidores de Rádio – Comunicações. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Em resultado dos estudos que o Adjudicatário entretanto desenvolveu, para a Nova Barragem do Alto Ceira, quer a nível da cobertura sonora dos Pontos de Aviso (PA) quer a nível das comunicações entre os vários PA e posto de comando instalado no POC da referida barragem, na Zona de Auto_Salvamento (ZAS) serão instalados três PA e um posto repetidor rádio. -----

----- O documento que anexamos é uma versão atualizada, em termos de localização dos vários elementos, do folheto que disponibilizámos na reunião acima referida. Neste documento, podemos verificar que um dos PA (PA1) se localiza junto do POC, em terrenos EDP; o PA junto à povoação de Fajão (PA3) bem como o posto repetidor rádio localizam-se em terrenos da Junta de Freguesia de Fajão; o PA2, junto das povoações de Camba e Porto da Balsa, localiza-se em terreno público da Câmara que V.Ex^a dirige. -----

----- Assim, e decorrente dos contactos previamente estabelecidos, solicitamos que nos seja concedido o direito de utilização de superfície do terreno para implantação do PA2 na povoação de Camba. -----

----- Aproveitamos para informar que também já decorrem os contactos com a Junta de Freguesia de Fajão para obtenção da autorização para utilização dos terrenos identificados para implantação do PA3 e do repetidor rádio. -----

----- Em resultado do exposto, ficamos a aguardar a posição da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra a este nosso pedido, resposta indispensável para podermos instruir o processo de licenciamento deste Sistema.(...)” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade conceder o direito de utilização de superfície do referido terreno, identificado na planta anexa, propriedade do Município, à EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A., para implantação do PA2 na povoação de Camba. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA

4.1 - CULTURA

4.1.1 - Proposta de Protocolo com a Universidade de Aveiro - Projeto Cientistas na Serra

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Cultura, do seguinte teor: -----

----- “ Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião ordinária de 09 de abril de 2013, que aprova a celebração de protocolo entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Universidade de Aveiro, para o desenvolvimento do projeto Cientistas na Serra entre abril de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2013 e agosto de 2014; -----
----- E considerando que a calendarização proposta para o desenvolvimento do referido projeto não se iniciou na data prevista; -----
----- Propõe-se a anulação da referida deliberação. À consideração superior." -----
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.2 - Proposta de celebração de Protocolo com a Universidade de Aveiro - Projeto Cientistas na Serra

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Cultura, do seguinte teor: -----
----- " Considerando que a Universidade de Aveiro (UA) atribui elevada importância à cooperação com a sociedade, estatutariamente assumida como uma das suas missões, e que nesse âmbito as atividades de cooperação deverão ser definidas/enquadradas por protocolos celebrados com a Universidade; -----
----- Que a Universidade de Aveiro possui valências e conhecimentos em diversas áreas, o que constitui uma mais-valia na interação com as comunidades locais, na implementação de projetos a elas direcionados; -----
----- Que a Universidade de Aveiro e o Município de Pampilhosa da Serra se propõem desenvolver atividades direcionadas à comunidade pampilhosense, correlacionadas com a divulgação científica e técnica, englobando a realização de programas educacionais tendo em vista contribuir para a formação cultural, técnica e científica dos cidadãos; -----
----- Que a parceria proposta entre a Universidade de Aveiro e o Município de Pampilhosa da Serra tem, também, como fim primordial apoiar ações educacionais e de formação de recursos humanos, no âmbito das atividades itinerantes de promoção e divulgação da Ciência que a UA, através da Fábrica da Ciência Viva, leva a efeito junto das autarquias; -----
----- Que as partes reconhecem existir um interesse recíproco de colaboração e implementação, entre julho de 2013 e agosto de 2014, do Projeto Cientistas na Serra; -----
----- Submete-se para análise e aprovação a minuta do protocolo, que se anexa à presente informação, sugerindo-se que se dê poderes ao Sr. Presidente da Câmara para proceder à sua assinatura. À consideração superior." -----
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. --
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

4.1.3 – Adenda ao Protocolo de Cooperação entre o Município de Pampilhosa da Serra e a EPIS

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Cultura, do seguinte teor: -----

----- “ Na sequência da deliberação tomada em reunião ordinária, realizada em 25/09/2012, foi celebrado um Protocolo de Colaboração entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Associação EPIS – Empresários pela Inclusão Social. -----

----- Neste âmbito, propõe-se a alteração da cláusula 4ª do mesmo, mediante assinatura de adenda, dado que a rubrica orçamental nela indicada não poderá consubstanciar uma aquisição de serviços, pelo que se propõe a alteração da rubrica 0102 02022502 e GOP’s 2012/9052 Ação 2 para 0102 040701 e GOP’s 232-2013/1020-5. -----

----- Mais se sugere que sejam conferidos poderes ao Senhor Presidente da Câmara para assinatura da adenda ao referido protocolo. À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conferir poderes ao Sr. Presidente para assinar. ----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.4 – Emissão de Parecer Prévio Vinculativo para “Aquisição de Espetáculos e Logística para as Festas do Concelho 2013”

----- Foi presente uma informação da Divisão Sócio cultural e Educativa, do seguinte teor: -----

----- “ Nos termos do artigo 75º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprova o OE para 2013, conjugada com a portaria 16/2013 de 17 de janeiro, carece de parecer prévio vinculativo a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito da aplicação da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro e posteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte. -----

----- Assim, são elementos necessários para a instrução do pedido de parecer: -----

----- 1 – O presente procedimento reveste a forma de prestação de serviços e tem o objeto supra descrito, não se tratando de trabalho subordinado, o qual é prestado com autonomia e não se encontra sujeito à disciplina e à direção do Município, nem impõe cumprimento de horários de trabalho; -----

----- 2 – A verba está contemplada no Orçamento Municipal para o ano 2013, classificada e cabimentada da seguinte forma: -----

----- - Orgânica: 0102 -----

----- - Económica: 02022502 -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- - GOP - 2013/1033 -----

----- 3 - De acordo com o anteriormente exposto, torna-se necessário proceder à contratação do serviço supra identificado, cujo valor base do procedimento está estimado em 26.325,00 € (vinte e seis mil trezentos e vinte e cinco euros), podendo, assim, adotar-se a modalidade de ajuste direto ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do CCP; -----

----- 4 - Será convidada a apresentar proposta a empresa DYAM - Produções Musicais, Lda; -----

----- 5 - De acordo com o previsto na alínea e) do n.º 2 do artigo 3º da Portaria n.º 16/2013, de 17 de janeiro, deverá ser demonstrado no pedido de parecer o cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 27º e nos n.ºs 1, 2, 3, 7 e 8 do artigo 75º, ambos da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, juntando para o efeito os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato. -----

----- Ora, no presente caso, torna-se necessário proceder à referida demonstração uma vez que em 2012 foi celebrado contrato de prestação de serviços, com idêntico objeto e contraparte, no valor de 29.250,00 € (vinte e nove mil duzentos e cinquenta euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. Assim, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 27º e o n.º 2 do artigo 75º da LOE 2013, a redução remuneratória a aplicar será de 10% sobre o valor total do contrato, pelo que o valor base considerado já reflete a redução de 10% sobre o valor do contrato celebrado em 2012.-----

----- Conclusão: -----

----- Assim, considerando os elementos acima evidenciados, propõe-se emissão de parecer prévio vinculativo favorável relativamente à celebração de contrato de aquisição de serviços "Aquisição de Espetáculos e Logística para as Festas do Concelho 2013". -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade emitir parecer prévio vinculativo relativamente à celebração de contrato de aquisição de serviços "Aquisição de Espetáculos e Logística para as Festas do Concelho 2013". -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.5 - Emissão de Parecer Prévio Vinculativo para aquisição

"Serviços de Transportes Escolares-Circuitos Especiais para o Ano Letivo 2013/2014"

----- Foi presente uma informação da Divisão Sócio cultural e Educativa, do seguinte teor: -----

----- Nos termos do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprova o OE para 2013, conjugada com a portaria 16/2013 de 17 de janeiro, carece de parecer prévio vinculativo a



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito da aplicação da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro e posteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte.-----

----- Assim, são elementos necessários para a instrução do pedido de parecer: -----

----- 1- O presente procedimento reveste a forma de prestação de serviços e tem o objeto supra descrito, não se tratando de trabalho subordinado, o qual é prestado com autonomia e não se encontra sujeito à disciplina e à direção do Município, nem impõe cumprimento de horários de trabalho; -----

----- 2 - A verba está contemplada no Orçamento Municipal para o ano 2013, classificada e cabimentada da seguinte forma: -----

----- - Orgânica: 0102 -----

----- - Económica: 020210 -----

----- - GOP - 02 212 2013/1016 -----

----- 3 - De acordo com o anteriormente exposto, torna-se necessário proceder à contratação do serviço supra identificado, cujo valor base do procedimento está fixado em 1,00 €/Km, que multiplicado por 209 Km/dia e pelo total de 180 dias letivos, perfaz o valor global de 37.620,00€ (trinta e sete mil seiscientos e vinte euros), podendo, assim, adotar-se a modalidade de ajuste direto ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do CCP; -----

----- 4- Serão convidadas a apresentar propostas as empresas: Graciana Gonçalves Mendes; José Maria Simão, Lda; José Martins Costa; Maria Manuela Antão Martins Gaspar; Táxis Reis e Gonçalves, Lda; Táxis Simões e Carlota, Lda; Torgal & Torgal, Lda; Transportes Almeida e Almeida, Lda.-----

----- 5 - De acordo com o previsto na alínea e) do n.º 2, do artigo 3º da Portaria n.º 16/2013, de 17 de janeiro, deverá ser demonstrado no pedido de parecer o cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 27.º e nos n.ºs 1, 2, 3, 7 e 8 do artigo 75.º, ambos da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, juntando para o efeito os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato.-----

Ora, no presente caso, torna-se necessário proceder à referida demonstração uma vez que em 2012 celebrou-se procedimento de aquisição de serviços, com idêntico objeto e/ou contraparte. Atendendo às especificidades dos circuitos do ano letivo 2013/2014 o valor real do Km seria de 1,10€. Assim, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 27.º e o n.º 2 do artigo 75.º da LOE 2013, a redução remuneratória a aplicar será de 10% sobre o valor total, pelo que o valor base considerado em 2013 já reflete a referida redução. -----

----- Conclusão: -----

----- Assim, considerando os elementos acima evidenciados, propõe-se emissão de parecer prévio vinculativo favorável relativamente à celebração de contrato de aquisição de "Serviços de Transportes Escolares-Circuitos Especiais para o Ano Letivo 2013/2014".-----

----- À consideração superior." -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade emitir parecer prévio vinculativo relativamente à celebração de contrato de aquisição de "Serviços de Transportes Escolares-Circuitos Especiais para o Ano Letivo 2013/2014".-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2 - EDUCAÇÃO

4.2.4 - Plano de Transportes Escolares para o Ano Letivo de 2013/2014 - Alteração

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Educação, do seguinte teor: -----

----- *" Por forma a readequar o Plano de Transportes Escolares para o Ano Letivo de 2013/2014, aprovado em reunião de Câmara realizada em 25 de junho de 2013, envia-se, em anexo, uma proposta de alteração, a fim de V.Exª analisar e submeter à apreciação do Executivo Camarário. ---*

----- *A alteração proposta é feita com o intuito de reajustar a utilização dos recursos ao dispor, assim como facilitar os percursos das crianças do nosso Concelho. -----*

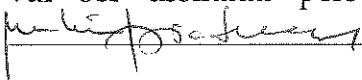
----- *Assim, propõe-se a alteração dos seguintes percursos: circuito 5 (passa a deslocar-se à povoação da Póvoa); circuito nº 7 (passa a anexar o circuito nº 4.3; circuito nº 12 (novo circuito). À consideração superior." -----*

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Sr. Vice-Presidente, Jorge Alves Custódio e por mim,  _____, que a subscrevi. -----

